

Pareci

JUSTIÇA

Índios que mataram pai e filho gaúchos permanecem livres

Adroaldo e Adriano foram mortos em 1995

PATRÍCIA COMUNELLO
 Casa Zero Hora/Santa Maria

Avendedora Glória Regina Cantarelli da Silva estava sentada no sofá de sua casa quando assistiu pela televisão à notícia de que cinco jovens de classe média de Brasília haviam incendiado o corpo do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. O crime – cometido na madrugada do último dia 22 de abril – chocou a opinião pública nacional e internacional e reacendeu um drama pessoal vivido por Regina e seus três filhos.

A família do interior do Rio Grande do Sul aguarda há dois anos e quatro meses o julgamento de quatro indígenas denunciados pelo assassinato de Adroaldo de Regnira da Silva, no Cantarelli da Silva, seu filho mais velho. A imediata prisão de quatro dos cinco acusados de matar Galdino alimenta hoje a esperança de Regina, que mora em Restinga Seca. “Gostaria que a Justiça fosse rápida assim com quem matou meu marido e meu filho”, pede a vendedora.

Adroaldo, funcionário do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), estava em Mato Grosso a passeio. O filho, um avaliador judicial, residia há três anos em Pontes e Lacerda, 600 quilômetros ao norte de Cuiabá, a capital do Estado. Ele casou em Mato Grosso e teve dois filhos. O caçula tinha dois dias de vida quando o pai foi morto.

Adriano iria fazer uma vistoria de terras, quando chegou com o pai à reserva Juininha, a 70 quilômetros de Pontes e Lacerda. As razões que levaram Adroaldo e o filho até a reserva de 70,5 mil hectares – habitada por 80 índios Pareci – permanecem sendo um mistério. “Acho que eles pegaram a estrada errada”, suspeita Leonardo Demarchi, um amigo de Adriano. Depois de um suposto desentendimento com integrantes da aldeia, os gaúchos foram executados com flechadas e golpes de machado e de paus na tarde de 21 de janeiro de 1995.

Os corpos foram enterrados em uma cova aberta dentro da reserva. Somente dois dias depois do ataque, um cacique

contou à Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre o fato. A polícia de Pontes e Lacerda, onde Adriano era visto como um promissor funcionário do fórum, conseguiu remover os corpos – o de Adroaldo tinha o crânio esmagado –, e ouviu o relato dos índios.

A rede de televisão local, os assassinos contaram que os dois brancos teriam disparado tiros contra eles, apesar de não haver registro de feridos. Quatro dos índios, Juliano Zoneizokai, Osvaldo Batista Xexokemas, Benedito Garcia Onezoka e Paulo Sérgio Oxokeme, tiveram prisão decretada pela Justiça e outros três menores de idade, acusados de participar das mortes, seriam removidos a uma casa de recuperação.

Os mandados de prisão dos acusados pelos crimes ainda não foram cumpridos pela Justiça

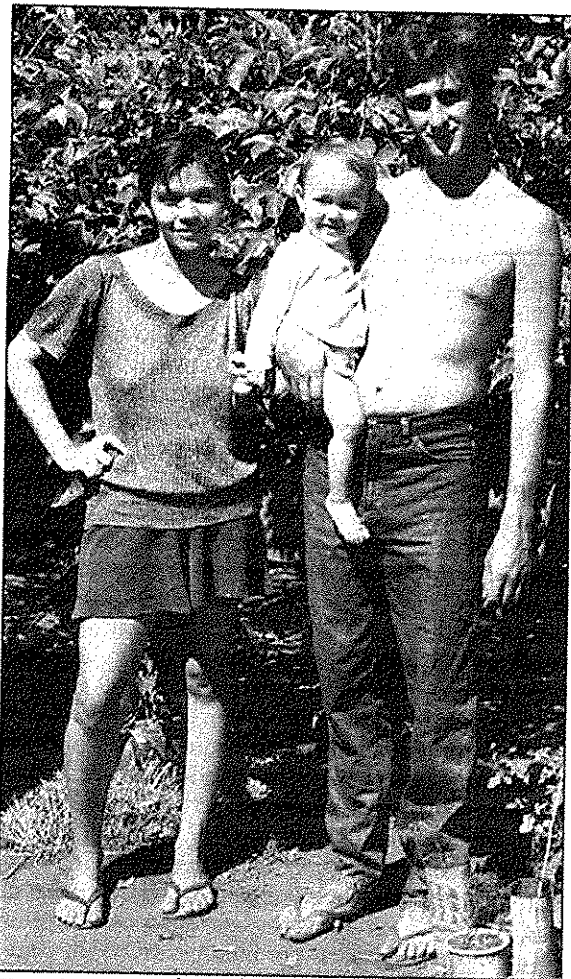
Os mandados de prisão jamais foram cumpridos. “A reserva é considerada área federal, e não somos loucos de tentar prendê-los, pois haverá uma guerra”, teme o delegado Nabor Fortunato Dias. A intimação para os acusados se apresentarem à Justiça também não foi entregue na reserva, já que nunca foi oferecida segurança ao oficial de Justiça.

Na semana passada, o promotor de Pontes e Lacerda, Gerson Barbosa, obteve a marcação da quarta audiência para tomada de depoimentos. Será em 20 de agosto. Foi pedida também a interferência do Conselho de Magistratura do Mato Grosso. “Sem a intimação dos índios, não podemos fazer nem o julgamento à revelia”, explica Barbosa.

O advogado da Funai em Cuiabá, Cezar Augusto do Nascimento, alega que os indígenas reagiram a uma invasão de terras. “Foi um ato de defesa num conflito de terra”, diz Nascimento. A nova intimação será levada aos índios por um oficial de Justiça com escolta da Polícia Federal.



Caminho da morte: Adroaldo (D) pretendia acompanhar o filho mais velho numa vistoria a uma fazenda



Família: casado, Adriano tinha filhos pequenos

Crimes afastaram indígenas da cidade

Os índios pareci costumavam freqüentar restaurantes e lojas de Pontes e Lacerda. Apenas 70 quilômetros os separavam dos 47 mil habitantes do município, que nasceu a partir da garimpagem do ouro e hoje vive da exploração agropecuária e comercial. “Depois da morte dos gaúchos, eles desapareceram”, diz Leonardo Demarchi, amigo de Adriano Cantarelli da Silva, executado com o pai, Adroaldo, em 1995.

Primeiro, os moradores se calaram com a ameaça feita pela aldeia de invadir a cidade caso tentassem prender os índios acusados das mortes. Depois, os pareci, que ganharam oficialmente a reserva em 1993, acabaram rejeitados por causa do crime e perderam sua principal fonte de renda: a venda de artesanato. “Eles não conseguiram mais empregos e caíram na miséria e na desgraça”, conta o administrador da Funai em Tangará da Serra, Carlos Vieira Barros.

Os pareci são a maior etnia indígena de Mato Grosso e detêm uma patrimônio de terras que desperta a cobiça de posseiros e agropecuaristas da região. O relevo e a vegetação de cerrado servem para o cultivo de arroz e soja. Afinados com os hábitos dos brancos, os pareci não são vistos como perigosos. “Os dois gaúchos não deveriam ter entrado na reserva sem autorização”, avalia o administrador da Funai. “Os índios reagiram por instinto.”

FOTOS ARQUIVO PESSOAL/ZH